



Análise da Efetividade Financeira da ACAPAM em Cenários de Incertezas

Área Temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Terceiro Setor - CASPTS

DOI: <https://doi.org/10.29327/1680956.11-35>

Geislayne Geysla Fidelis Ramalho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
geislayne.ramalho.105@ufrn.edu.br

Deylane Freitas Fontes Júnior

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
deylane.junior.129@ufrn.edu.br

Mateus Henrique de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
mateus.henrique.706@ufrn.edu.br

Eduardo Costa Gorgônio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
gorgonio.eduardo7@gmail.com

Luziana Maria Nunes de Queiroz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
luziana65@hotmail.com

Resumo

As Organizações do Terceiro Setor desenvolvem ações promovidas pela sociedade em geral onde o poder público não busca ter tanta eficiência, muitas vezes, sobrevivem de poucos recursos e acabam mais vulneráveis, principalmente, em períodos de instabilidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar a efetividade financeira da Associação Caicoense de Proteção aos Animais - ACAPAM, instituição do terceiro setor sediada no município de Caicó/RN, diante de contextos marcados por instabilidade e incerteza socioeconômica. A metodologia adotada possui abordagem quantitativa, de natureza descritiva, fundamentando-se por meio da análise de relatórios contábeis e da aplicação de fórmulas de índices de liquidez. Os resultados obtidos apontam que os efeitos financeiros mais relevantes não ocorreram no auge do período em que a entidade foi acometida pelas adversidades, como por exemplo durante o período pandêmico da covid-19, mas tornaram-se mais perceptíveis no período subsequente, exigindo da entidade maior capacidade de adaptação e resiliência. Conclui-se, em uma análise geral, que o cenário de incerteza econômica não representa um fator crítico para a redução da arrecadação de recursos financeiros da ACAPAM.

Palavras-chave: Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor. Indicadores Financeiros. Incertezas Socioeconômicas.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No Brasil, a estrutura sociopolítica é definida em três setores específicos, o setor público, representado pelo Estado, o setor privado, referente ao Mercado, e o Terceiro Setor, formado por organizações sem fins lucrativos (Couto; Silva, 2021). Ainda conforme os autores, apesar de possuir natureza privada, o Terceiro Setor mobiliza recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas sociais, mantendo relação tanto com o Estado quanto com o mercado, e tem sua importância reconhecida não apenas no aspecto social, mas também no econômico, especialmente pelos incentivos e isenções fiscais que recebe.

Sua sustentabilidade financeira depende, em grande parte, de doações espontâneas e convênios com o poder público, além de comercialização de produtos, realização de eventos, cobrança de taxas aos associados, entre outros (Ribeiro; Freitas Neto; Barbosa, 2019). Diante disso, torna-se essencial que essas entidades adotem práticas de transparência quanto à aplicação dos recursos recebidos, especialmente das doações, uma vez que a adequada evidência dessas despesas contribui para sua credibilidade, fortalece a imagem institucional e facilita a captação de novos recursos (Pereira et al., 2023).

A partir de 2020, com a chegada da pandemia do COVID-19, o cenário global passou a ser marcado por fortes instabilidades e incertezas socioeconômicas, refletindo-se diretamente na realidade social e nas estruturas organizacionais. Conforme destaca Vilela (2020) “a pandemia provocada pelo vírus trouxe impactos de saúde pública, sociais, econômicos, políticos, dentre outros recortes para todo o mundo, provocando a necessidade imediata de transformação e adaptação”. Diante desse cenário desafiador, entidades do Terceiro Setor, como a ACAPAM, precisaram adotar uma gestão financeira eficaz e revisar seus controles internos, bem como investir em ferramentas de comunicação de marketing, visto que possíveis falhas poderiam comprometer seus resultados e desempenho organizacional (Santos et al., 2018).

Nesse contexto, Mendes (2023) ressalta que em cenários de instabilidade, como o citado anteriormente, é essencial que as entidades realizem mudanças rápidas nos processos de controle interno, como forma de lidar com as incertezas e preservar a estabilidade financeira das organizações. De forma complementar, Dias (2021) destaca que a capacidade de adaptação desses controles a situações adversas é decisiva para garantir a continuidade, a eficácia operacional e, principalmente, a transparência. Dessa maneira, a fim de garantir a confiança de doadores e parceiros, assegurando a sustentabilidade das atividades das entidades do terceiro setor, torna-se fundamental a adoção de uma gestão eficiente e transparente de recursos.

1.2 Problema de pesquisa

Diante da instabilidade e a necessidade de fortalecimento da gestão no Terceiro Setor em cenários críticos, como a pandemia da Covid-19, emerge a relevância de se analisar como tais organizações enfrentam os desafios impostos por períodos de instabilidades e incertezas socioeconômicas.

Considerando esse cenário e os riscos à continuidade das atividades dessas

organizações sem fins lucrativos, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: **Como a gestão financeira da Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (ACAPAM) tem se comportado em termos de efetividade e sustentabilidade financeira diante dos desafios impostos em cenários de incertezas?**

1.3 Objetivos de pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar a efetividade da gestão financeira da Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (ACAPAM), entidade sem fins lucrativos que atua em uma área sensível e altamente dependente de doações e apoio voluntário, frente a cenários de incertezas, como o período da pandemia e o cenário subsequente, avaliando a capacidade da entidade em manter sua sustentabilidade financeira e operacional diante da instabilidade econômica.

1.3.2 Objetivos específicos

- Avaliar o desempenho financeiro da ACAPAM por meio da análise das demonstrações contábeis (balanço patrimonial, DRE e DFC);
- Examinar os índices de liquidez, identificando o grau de solvência da organização e sua capacidade de responder a obrigações de curto prazo ao longo dos exercícios analisados;
- Verificar, por meio de análises vertical e horizontal, as principais variações das contas contábeis e o comportamento das receitas, despesas e resultados em cenários de crise;
- Identificar evidências de recuperação ou agravamento da saúde financeira da entidade após o período crítico da pandemia.

1.4 Justificativas

As Organizações do Terceiro Setor, como é o caso da Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (ACAPAM), realizam trabalho de assistência em áreas que muitas vezes não recebem a atenção necessária do poder público, sendo suas atividades mantidas, em grande parte, por meio de mobilização de recursos humanos (doações, convênios, cobrança de taxas aos associados, entre outros).

Diante disso, manter a confiança da sociedade torna-se fundamental para a continuidade e sustentabilidade financeira dessas organizações. Conforme destaca May (2017), as ONGs são avaliadas pela sociedade com base nos resultados que demonstram e no quanto conseguem cumprir aquilo a que se propõem. Por esse motivo, é essencial que essas organizações mantenham uma boa imagem e atuem com transparência, garantindo, assim, a sustentabilidade financeira e o apoio contínuo de seus colaboradores e parceiros.

Além disso, manter uma organização financeiramente estável é um desafio constante, especialmente em contextos de crise e incertezas econômicas. Segundo Silva Filho (2016), a sustentabilidade das entidades do Terceiro Setor está diretamente ligada à forma como são geridas e à sua capacidade de diversificar as fontes de financiamento. Ainda de acordo com os

autores, Organizações que dependem de poucos recursos acabam mais vulneráveis, e em períodos de instabilidade, como durante e após a pandemia, essa fragilidade tende a se intensificar.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela importância de analisar como a ACAPAM enfrentou os desafios financeiros nos últimos anos, especialmente em cenários marcados por incertezas. Compreender como a organização lidou com eventuais quedas de receita, aumento de despesas e dificuldades para manter suas atividades pode contribuir para que outras entidades do Terceiro Setor aprimorem suas práticas de gestão e encontrem estratégias mais eficazes para garantir a continuidade e o fortalecimento de suas ações sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor: breve contextualização

Define-se terceiro setor, segundo Alves, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, citado por Melo Neto e Froes (2001, p.9), como “o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos gerados”.

Para Andrade *et al.* (2015), o Terceiro Setor pode ser entendido, em sentido orgânico, com referência ao conjunto das pessoas jurídicas coletivas vinculadas a determinado ordenamento jurídico que são livremente instituídas em vista de prosseguirem, de modo predominante e com sentido altruístico, fins de interesse social ou humanitário, fazendo-o com independência face às entidades públicas com as quais colaboram.

O terceiro setor é um resultado de ações promovidas pela sociedade em geral onde o poder público não busca ter tanta eficiência, e que muitas vezes não possui a capacidade de atuar em determinados problemas sociais. O esforço dessas atividades está em buscar manter ações sociais e filantrópicas sem esperar um resultado financeiro para si. Para Fernandes, Freitas e Freitas (2016), o terceiro setor representa uma atividade não-lucrativa e não-governamental, isso significa que, a junção de pessoas voluntárias com um comum objetivo de gerar bens e serviços a favor da comunidade. Esse trabalho em conjunto visa gerar o bem estar social em áreas onde o poder público muitas vezes não atende de forma tão efetiva.

Segundo Vergueiro (2023), existem cerca de 815.767 ONGs de terceiro setor com diversos fins no Brasil, sendo a maior parte delas localizadas no estado de São Paulo, na região Sudeste. Dessas, cerca de 400 ONGs são de proteção animal, dados levantados pelo Instituto Pet Brasil (2022). Segundo o Instituto:

O Brasil possui, hoje, 184.960 animais abandonados ou resgatados por maus tratos, sob a tutela das ONGs e grupos de Protetores. Dos mais de 184 mil animais tutelados, 177.562 (96%) são cães e 7.398 (4%) são gatos. Os abrigos de médio porte destacam-se por tutelar mais de 60 mil animais. Portanto, são responsáveis por mais de 40% da população de pets disponíveis para adoção.

É possível perceber que a quantidade de animais abandonados em situação de rua é alta em relação a quantidade de ONGs de proteção animal que estejam disponíveis para recebê-los. Evidenciando a discrepância existente entre a razão de animais para ONGs.

2.2 Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor

A contabilidade age desde a criação dessas entidades fazendo-se o estatuto social, assembleia geral, registro legal em cartório e todos os passos iniciais que necessitam de um conhecimento mais profundo sobre as leis e necessidades especiais para se constituir uma ONG. De acordo com Levitt (1973) *apud* Voese e Reptczuk (2011) “como um conjunto complexo e heterogêneo de entidades que são definidas por exclusão: não são públicas, mas tampouco têm fins lucrativos”.

A importância de se aplicar a contabilidade corretamente nas entidades e ONGs do terceiro setor vai muito além de fazer os cálculos gerais para se obter resultados de doações ou de controle para manter as organizações com a saúde financeira adequada e eficiente. Portanto, o papel da contabilidade é importante e essencial no cumprimento das obrigações contábeis e fiscais, apresentando as demonstrações e relatórios financeiros que passem credibilidade e confiança quanto ao patrimônio da entidade, seja para a diretoria (agentes internos), quanto para a sociedade, órgãos públicos e bancos (agentes externos).

Também se evidencia a necessidade da contabilidade como instrumento de transparência, contábil ou fiscal, com o objetivo de mostrar clareza das suas informações e demonstrações, para que a entidade possa mostrar a destinação dos recursos obtidos através de doações ou outros meios. Assim, Zittei, Politelo e Scarpin (2016) destacam:

A transparência e a prestação de contas não são vistas com a devida importância pelas organizações do terceiro setor, uma vez que a divulgação dos resultados e demonstrativos contábeis é realizada pela minoria das organizações sociais.

Todas as empresas precisam ter transparência quanto à destinação de seus recursos, o caso das ONGs não é diferente, pois os doadores e outros membros tanto da sociedade quanto da própria entidade, querem saber onde e com que propósito foi utilizado a doação feita pelos mesmos, para evidenciar se a mesma está cumprindo com os termos estabelecidos em seu estatuto, ajudando àqueles a quem se comprometeram ajudar. Segundo Aureli (2015), “quanto mais transparente for o processo operacional da empresa, mais visibilidade ela terá, e mais recursos poderá ser disponibilizado”.

A área contábil do terceiro setor aborda algumas peculiaridades que em outras empresas não existem, pois, esse tipo de entidade sem fins lucrativos tem enquadramentos jurídicos e tributários diferentes. Segundo Andrade *et al.* (2015), obtêm-se que os principais benefícios concedidos ao terceiro setor são a imunidade e a isenção de impostos e contribuições, bem como a possibilidade de recebimento de recursos públicos por meio de convênios, contratos, subvenções sociais e termos de parceria.

Algumas reduções de tributos a pagar como isenção do recolhimento de COFINS, alíquota de 1% sobre a folha de pagamento para recolhimento de PIS, imunidade de contribuições sociais para entidades de assistência social e também imunidade de impostos

sobre patrimônio, renda ou serviços, são métodos de incentivo para que essas entidades tenham continuidade.

As associações que se enquadram no terceiro setor, precisam empenhar-se em manter seus resultados positivos, tendo um objetivo de sustentabilidade para aplicar seus empenhos de forma responsável e com praticabilidade. Essas entidades possuem características próprias, e quando voltada para a contabilidade, essas devem cumprir com os princípios de contabilidade a ITG 2002 - R1 (2015) e a NBC TG 1000 - R1 (2016) — Contabilidade para pequenas e médias empresas. Utilizando padrões que se enquadram na escrituração e estrutura das demonstrações. Segundo Markioni, Ferreira, Silva e Oliveira (2022), foram estabelecidas as seguintes normas acerca do terceiro setor:

NBC T 10-Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas:
NBC T 10.4-Fundações (Resolução CFC Nº 837/99, de 22 de fevereiro de 1999);
NBC T 10.18-Entidades Sindicais e Associações de Classe (Resolução CFC Nº 838/99, de 22 de fevereiro de 1999);
NBC T 10.19-Entidades Sem Finalidade de Lucros (Resolução CFC Nº 877/00, de 18 de abril de 2.000).

É possível perceber que as normas são ferramentas muito importantes para regulamentar todos os setores, como é o caso do terceiro setor, estabelecendo obrigações, direitos, procedimentos, registros, demonstrações, entre outros fatores que devem ser cumpridos pelas entidades desse setor (Andrade *et al.*, 2015).

Quando observam-se os registros contábeis, as características deles devem diferenciar bem as contas de receitas e despesas, seja nos recebimentos de doações ou através de campanhas para angariar fundos, por exemplo. Algumas mudanças também ocorrem na nomenclatura de algumas contas, como o capital social e patrimônio líquido passam a ser reconhecidos como patrimônio social, lucros ou prejuízos acumulados são substituídos por superávit, ou déficit do período.

Assim, o que mais se destaca na contabilidade voltada para o terceiro setor é o balanço patrimonial. Ele tem por fundamento promover o conhecimento de forma a auxiliar os seus leitores e usuários no reconhecimento de questões positivas ou negativas referente a situação atual e histórica da entidade, além de permitir a conscientização de possíveis resultados futuros, facilitando assim as tomadas de decisões necessárias para o melhoramento do desempenho financeiro da empresa.

Ter um contador especializado nesse serviço é ideal para o mantimento dessas instituições. A iniciativa de abertura da entidade sozinha não é suficiente para que seja de fato constituída uma instituição que funcione. Diante desses fatos fica notório a importância da contabilidade e de profissionais capazes e experientes, dispostos a prestar serviços nessa área específica. Segundo Alves *et al.* (2008), a contabilidade é essencial para a demonstrações de resultados satisfatórios e conforme as normas, no momento de repassar as informações aos setores públicos de forma mais clara.

2.3 A importância de ONGs de proteção animal

As ONGs de animais trabalham com o resgate deles, ou seja, com a retirada dos que estão em situação de risco nas ruas e com o processo de adoção desses mesmos animais, por

pessoas que prometem oferecer a eles toda a segurança e proteção que precisam. Operam totalmente com o dinheiro de doações ou de eventos beneficentes feitos em prol dos animais.

O papel dessas entidades do terceiro setor de proteção animal é ajudar os animais em risco, oferecendo os cuidados necessários de alimentação, lar e cuidados com a saúde. Um trabalho árduo e cansativo, que depende muito da colaboração de voluntários, haja vista que a maioria das ONGs não possuem retorno financeiro necessário para garantir a contratação de funcionários. De acordo com a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, 2011):

Um estudo da Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA – World Society for the Protection of Animals) demonstrou que cerca de 75% dos cães e gatos do mundo estejam em situação de rua, podendo gerar grandes consequências para a saúde pública e para o bem-estar animal.

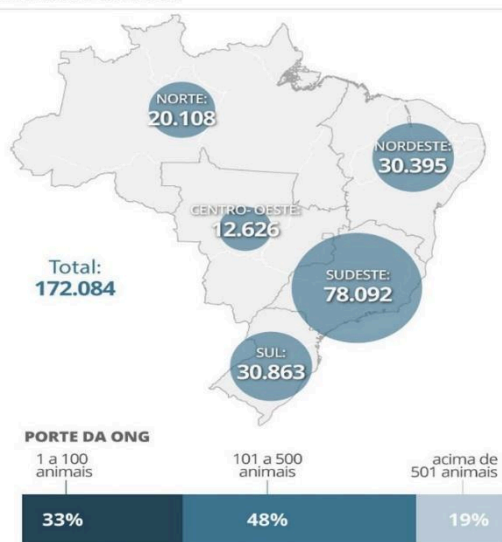
Os animais que se encontram em situação de rua sofrem diversos tipos de violência, seja física, psicológica e também sofrem por não possuírem os cuidados necessários para manter uma vida saudável e adequada. Além destes, os seres também sofrem com a possível infecção por doenças e até morte pela escassez de comida.

De acordo com o Instituto Pet Brasil (2022), os abrigos de médio porte, que conseguem abrigar de 101 a 500 animais e que são 40% das entidades mapeadas, se destacam por tutelar mais de 60 mil bichos. Já as instituições de grande porte conseguem abrigar mais de 500 animais, e de pequeno porte, abriga entre 1 e 100 cães e gatos. Essa realidade é evidenciada no infográfico a seguir ao destacar os milhares de animais abandonados sob tutelas de ONGs.

Figura 1. Infográfico sobre animais em ONGs

Animais em ONGs

Brasil tem mais de 170 mil animais abandonados sob cuidado de ONGs, aponta estimativa do Instituto Pet Brasil



Fonte: Velasco (2019)

Como se não bastasse o abandono, esses seres vivos ainda sofrem com a exploração comercial de animais que afeta diretamente o bem-estar animal e a saúde pública. Muitos filhotes que estão à venda são frutos de reprodução em série, de canis e gatis clandestinos, onde fêmeas não possuem nenhuma assistência para a procriação dos seus filhotes. Quando já não servem mais, são abandonadas, com sinais físicos e psicológicos de maus-tratos. O trabalho dos protetores está ligado diretamente a combater esses exemplos de crueldades. Segundo a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA, 2015), é relevante observar o risco de superlotação desenfreada de animais nas ruas, com o trabalho dos abrigos voluntários surge a tentativa de minimizar esses problemas.

Duas ONGs são bastante conhecidas na cidade de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, são elas a Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (*Acapam*) com início de suas atividades no ano de 2014, e a Associação Mantenedora de Proteção Assistência e Resgate de Animais Abandonados (*Amparaa*), com início de suas atividades no ano de 2020.

As duas associações têm seus funcionários atuando de forma totalmente voluntária e são “amparadas” graças às ações em conjunto da população no incentivo de doações de alimentos, remédios, tratamento veterinário ou também no apoio graças aos lares temporários. Além desses incentivos, a população caicoense é beneficiada quanto ao apoio informativo e moral que esses protetores dão em casos de denúncias aos maus tratos que os animais domésticos sofrem na cidade, além de grande ajuda para com animais que residem em casas onde as famílias não têm tanto poder aquisitivo para realizar um tratamento veterinário adequado para os animais.

2.4 Dificuldades enfrentadas na pandemia

O Brasil é o segundo país contendo mais animais abandonados, em situações de rua e maus tratos, com o equivalente à trinta milhões de animais entre gatos e cachorros nessas condições, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estima-se que a cada dez animais, oito já tiveram um lar, mas em um determinado momento acabaram sendo abandonados nas ruas à sua própria sorte.

Essa visão preocupante aumentou diante da crise enfrentada pelo novo coronavírus. Seja pela crise, pelo medo que as informações infundadas disseminadas de que cães e gatos transmitiam o coronavírus ou pela mudança de vida causada pela pandemia, mais donos de animais de estimação estão se desfazendo dos seus antigos chamados melhores amigos.

Segundo a OMS, a propagação do vírus que causa a Covid-19 resulta apenas da transmissão entre seres humanos. A entidade deixa claro que não há evidências de que esses animais possam ser infectados ou transmitir o vírus. O cenário é confirmado de acordo com a pesquisa feita pela BBC News Brasil por organizações não-governamentais e pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Quando o número de vítimas do novo coronavírus começou a aumentar, também aumentou o número de animais que, se antes foram salvos do abandono, agora voltam às ruas já que infelizmente seus donos não estão mais em vida para garantir seus cuidados.

Tendo em vista esse cenário preocupante, Cavalcanti (2021) expõem que:



O crescimento exponencial de animais nessas situações acaba por motivar inúmeros problemas públicos como acidentes de trânsito, ataques a pessoas, incidentes domésticos, maus tratos, entre esses e outros casos como a reprodução acelerada em áreas urbanas.

No Brasil, o abandono de animais é crime federal, atualmente, o crime de maus-tratos a animais é exposto na lei nº 14.064/20 que foi sancionada em 30 de setembro do ano de 2020, e consta no artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e a pena prevê de três meses a um ano de reclusão, além de multa. São classificados maus-tratos atos ou omissões que privem o animal de suas necessidades básicas, lesão ou agressão, abandono, exposição em locais desprovidos de segurança, limpeza e desinfecção, dentre várias outras situações.

3 METODOLOGIA

A pesquisa visa dar relevância aos direitos dos animais, na intenção de ser explicativa e de certa forma inspiradora na luta para garantir uma vida digna aos animais de rua, bem como o apoio às associações que fazem esse trabalho. Desta forma, é classificada quanto à sua abordagem quantitativa, pois de acordo com Michel (2005), “a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas.”

Quanto ao objetivo, a pesquisa segue de forma descritiva, onde seus métodos são utilizados de forma para expor suas informações, analisá-las e descrevê-las seus aspectos mais relevantes pois segundo Michel (2015), se dispõe a explicar problemas, fatos, ou fenômenos relativos à vida real, com uma melhor exatidão, observando e fazendo relações à luz da influência que o ambiente exerce sobre o que se é estudado.

Seus procedimentos têm por finalidade o levantamento bibliográfico, elaborada a partir de material já publicado para se basear nesses documentos, de acordo com Gil (2017) esse tipo de procedimento explica que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são: investigações sobre ideologias ou pesquisas que se propõem à análise das diversas posições sobre um problema.

A pesquisa foi realizada na Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (ACAPAM), onde coletou-se dados das suas demonstrações contábeis dos anos de 2020 a 2022, enfatizando a Demonstração do Resultado do Exercício- DRE, Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa. Em posse de tais dados, realizou-se inicialmente, a aplicação de fórmulas contendo índices de liquidez (seca, corrente, geral, imediata), com o objetivo de identificar se a pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo nas suas arrecadações e doações, e, conseqüentemente, nas suas demonstrações contábeis.

Quadro 1. Tipos de Índices de Liquidez

Índice	Fórmula	Análise de Liquidez	Interpretação
Liquidez Corrente	$LC = \frac{AC}{PC}$	Grau de capacidade de transformar o Ativo Circulante (AC) e liquidar as dívidas do Passivo Circulante (PC) no curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> • $LC > 1$: o AC cobre todas as dívidas de curto prazo (valor ideal) • $LC < 1$: o AC não consegue cobrir todas as dívidas de curto prazo • $LC = 1$: equilíbrio financeiro de curto prazo
Liquidez Seca	$LS = \frac{AC - E}{PC}$	Grau de capacidade de utilizar o Ativo Circulante (AC), sem considerar o Estoque (E), para liquidar as dívidas do Passivo Circulante (PC)	Valor mais reduzido que a Liquidez Corrente, por isso a valores maiores que 0,9 considera-se a empresa com alta liquidez
Liquidez Imediata	$LI = \frac{D}{PC}$	Grau de capacidade em cobrir as dívidas do Passivo Circulante (PC) de forma imediata com as Disponibilidades (D) no caixa da empresa	Um valor muito elevado pode indicar uma abundante quantidade de liquidez, que também pode ser vista como desnecessária
Liquidez Geral	$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	Grau de capacidade em transformar o Ativo Circulante (AC) e o Realizável a Longo Prazo (RLP), cobrindo as dívidas de curto e longo prazo, do Passivo Circulante (PC) e do Exigível a Longo Prazo (ELP), respectivamente	Quanto maior for o índice, melhor a liquidez da empresa entre os períodos

Fonte: Dicionário Financeiro (2022)

O Quadro 1 mostra um detalhamento muito importante acerca dos índices de liquidez, onde é possível observar suas fórmulas, análise e interpretação, separadamente. Tais índices são, de fato, essenciais para avaliar a saúde financeira de uma empresa. Eles medem a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo, fornecendo uma visão crítica sobre sua solvência e estabilidade financeira, além de monitorar a saúde financeira imediata da empresa e ajudar a tomar decisões informadas para manter e melhorar a estabilidade financeira a longo prazo.

Após essa análise inicial, realizou-se uma análise cruzada, utilizando fórmulas de análise horizontal e vertical, que visam confrontar os dados do período e compará-los com outros exercícios, como no caso desta pesquisa, que utilizou como base as demonstrações contábeis dos anos de 2020 a 2022.

Na análise vertical refere-se a análise da estrutura da Demonstração de Resultados e do Balanço Patrimonial, buscando evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro do total, ou dentro de cada grupo de contas (Martins, 2010). Por sua vez, a

análise horizontal pode ser definida como instrumento que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decréscimo do item analisado, conforme destaca Martins (2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Relatórios financeiros

Realizou-se uma análise documental utilizando as demonstrações contábeis dos anos 2020, 2021 e 2022, da Associação Caicoense de Proteção aos Animais, como também estabelecendo os índices de liquidez para analisar fielmente a situação financeira da empresa do terceiro setor. Inicialmente, na Tabela 1 evidencia-se o Balanço Patrimonial da entidade.

Tabela 1. Balanço Patrimonial da ACAPAM

BALANÇO PATRIMONIAL			
CONTAS	2020	2021	2022
ATIVO	41.472,59	10.271,16	5.150,41
ATIVO CIRCULANTE	41.472,59	10.271,16	5.150,41
CAIXA	37.710,86	5.949,21	2.361,48
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.761,73	4.321,95	2.788,93
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	-
PASSIVO	2.015,90	3.806,05	2.268,71
PASSIVO CIRCULANTE	2.015,90	3.806,05	2.268,71
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.456,69	6.465,11	2.881,70

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O balanço patrimonial apresentado mostra uma variação significativa nos valores entre os anos de 2020, 2021 e 2022. Observa-se uma redução acentuada em várias linhas ao longo dos três anos, especialmente na primeira linha, que sofreu uma queda expressiva de 2020 para 2021, seguida por uma leve diminuição em 2022. Essa tendência pode indicar um desinvestimento ou liquidação de ativos.

Outrossim, também será apresentado a Demonstração do Resultado do Exercício conforme lapso temporal do estudo (2020 - 2022), como segue na Tabela 2.

Tabela 2. Demonstração do Resultado do Exercício da ACAPAM

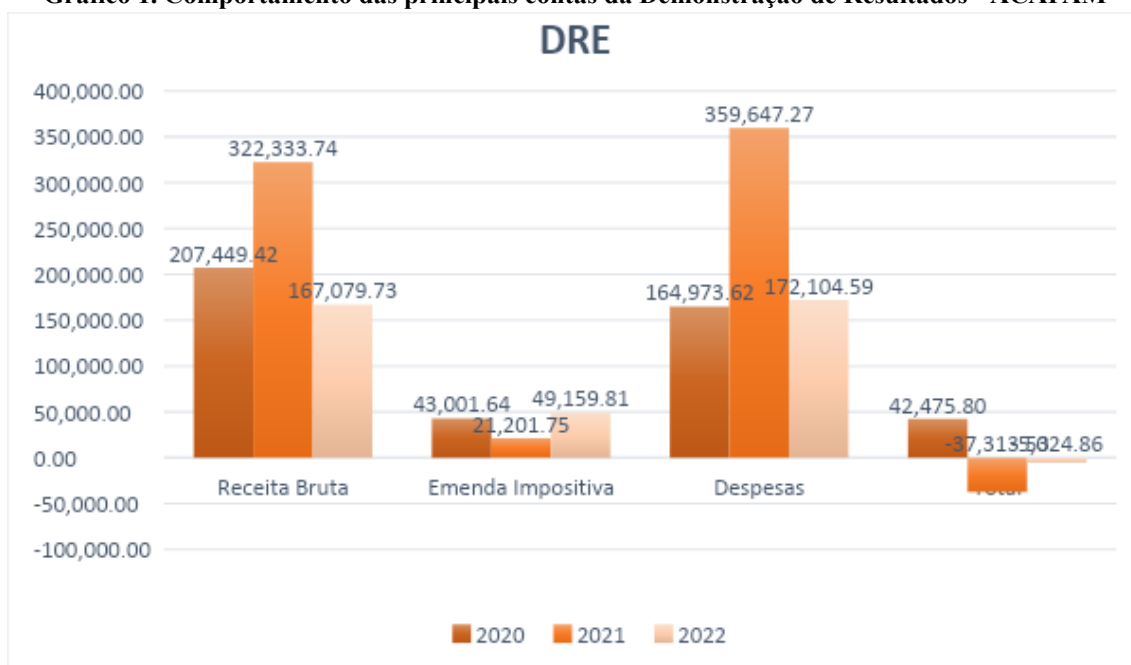
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
CONTAS	2020	2021	2022
RECEITA BRUTA	207.449,42	322.333,74	167.079,73
EMENDA IMPOSITIVA	43.001,64	21.201,75	49.159,81
RECEITA FINANCEIRA	30,19	303,82	162,48
DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	164.417,59	300.828,17	117.757,44
(-) DESPESAS	164.973,62	359.647,27	172.104,59

DESPESAS COM RH	17.972,01	29.750,30	45.438,28
DESPESAS COM PROJETOS	43.001,64	27.201,75	56.402,83
DESPESAS OPERACIONAIS	102.870,68	300.134,52	68.426,91
DESPESAS FINANCEIRAS	1.129,29	2.560,70	1.836,57
= RESULTADO DO EXERCÍCIO	42.475,80	(37.313,53)	(5.024,86)

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em complemento, apresenta-se o Gráfico 1 com intuito de evidenciar o comportamento das principais contas da DRE, as quais são: Receita Bruta; Emenda Impositiva; Despesas; Resultado do Exercício.

Gráfico 1. Comportamento das principais contas da Demonstração de Resultados - ACAPAM



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Pode-se observar que nos anos de 2020 e 2021, obteve-se uma receita bruta elevada em relação ao ano de 2022, mostrando que nos anos de pandemia da Covid-19, as arrecadações ultrapassaram o primeiro ano pós-pandemia, concluindo que este fato não foi um agravante na situação da ONG analisada nesta pesquisa. Além disso, é notório que a ACAPAM apresentou crescimento nas suas receitas, provenientes principalmente de doações de pessoas físicas e jurídicas. Por sua vez, houve decréscimo na geração de receitas através de emendas impositivas, especialmente de 2020 para 2021. Durante o ano 2021, observa-se também que há déficit em suas contas, o que gera grande desequilíbrio e preocupações quanto à saúde financeira.

4.2 Índices de liquidez

Os índices de liquidez são ferramentas para calcular quanta liquidez uma empresa possui, em se tratando de receitas e obrigações. Os dados para cálculo desses índices são retirados unicamente do Balanço Patrimonial. Diante desta informação, foi necessário analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2020 a 2022 para obter uma análise fidedigna das mesmas.

De acordo com o site InvestNews (2025): “Os indicadores de liquidez são usados para mostrar a capacidade financeira de uma empresa. A partir deles, é possível entender como anda a relação entre receita, patrimônio e despesas de curto e longo prazo.” Com essa definição, buscou-se aplicar fórmulas de quatro índices de liquidez, sendo elas: corrente, seca, imediata e geral.

A liquidez corrente tem o objetivo de verificar se a empresa tem capacidade financeira de cumprir com suas obrigações a curto prazo; já a seca tem a finalidade de observar se a empresa possui capacidade de honrar seus pagamentos a curto prazo, mas sem considerar o estoque. Já a liquidez imediata é calculada com o objetivo de identificar se a empresa possui disponibilidade suficiente para eventualidades; por fim, a liquidez geral identifica como a empresa está financeiramente preparada considerando médio ou longo prazo. Assim, calculou-se os índices a seguir.

Tabela 3. Índices de liquidez da ACAPAM
Tipos de liquidez

Fórmulas	2020	2021	2022
LC: $\frac{AC}{PC}$	$\frac{41.472,5}{2.015,90} = 20,5727$	$\frac{5.949,21}{3.806,05} = 1,5631$	$\frac{5.150,41}{8.032,11} = 0,6412$
LS: $\frac{AC-E}{PC}$	$\frac{(41.472,5-0)}{2.015,90} = 20,5727$	$\frac{5949,21-0}{3806,05} = 1,5631$	$\frac{(5.150,41-0)}{8.032,11} = 0,6412$
LI: $\frac{Caixa (D)}{PC}$	$\frac{37.710,86}{2.015,90} = 18,7067$	$\frac{5949,21}{3806,05} = 1,5631$	$\frac{2.361,48}{8032,11} = 0,2940$
LG: $\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$	$\frac{(41.472,5+0)}{(2.015,90+0)} = 20,5727$	$\frac{(5.949,21+0)}{(3.806,05+0)} = 1,5631$	$\frac{(5.150,41-0)}{(8.032,11-0)} = 0,6412$

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise dos índices de liquidez corrente da ONG ao longo dos anos 2020, 2021 e 2022 revela uma mudança significativa na capacidade da organização de cumprir com suas obrigações de curto prazo, conforme apresentado na Tabela 3. Em 2020, essa liquidez obteve o valor de 20,57, sendo um valor considerado elevado. Isso indica que, em 2020, a ONG possuía um ativo circulante que excedia em muito as suas dívidas de curto prazo, garantindo uma excelente capacidade de pagamento imediato. Este valor sugere uma situação financeira muito confortável, possivelmente com excesso de ativos circulantes em relação às suas obrigações a curto prazo.

Em 2021, o índice de liquidez corrente caiu significativamente para 1,56. Apesar da queda, o índice ainda é superior a 1, indicando que os ativos circulantes ainda são suficientes para cobrir todas as dívidas de curto prazo. No entanto, a diminuição drástica em relação ao ano anterior pode indicar uma redução na margem de segurança da ONG para cobrir suas obrigações a curto prazo. Em 2022, a liquidez corrente caiu para 0,64. Este índice abaixo de 1 indica que a ONG não possui ativos circulantes suficientes para cobrir suas dívidas a curto prazo, o que é uma situação preocupante. Isso sugere problemas de liquidez, onde a organização pode enfrentar dificuldades para pagar suas obrigações imediatas, necessitando de ações corretivas para melhorar sua posição financeira.

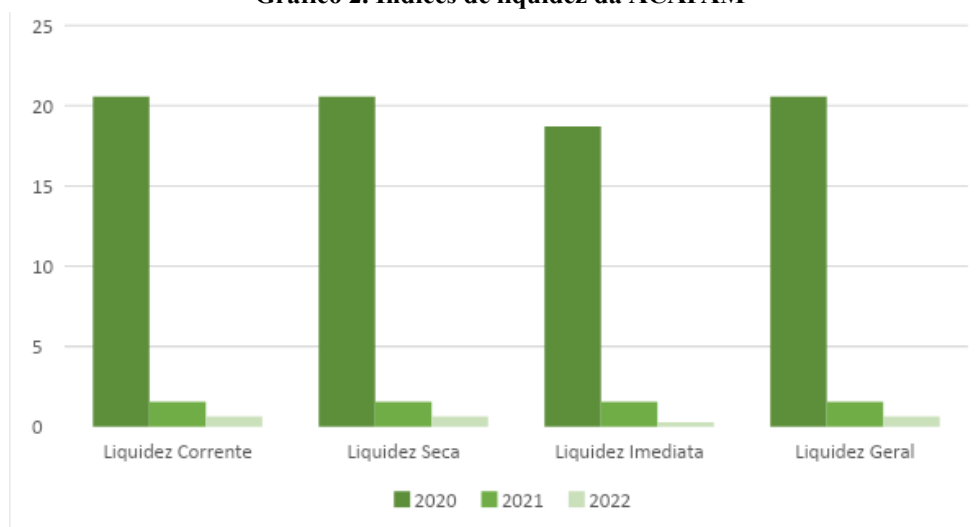
Na liquidez seca, obteve-se os mesmos dados que se apresentou na liquidez corrente, sendo estes: 20,57 em 2020; 1,56 em 2021 e 0,64 em 2022. Analisando os índices de liquidez seca, observa-se que a empresa se mantém no mesmo padrão de índices, significando que nos anos de 2020 e 2021, a mesma mantém uma boa liquidez seca, mesmo sendo os seus valores reduzidos após o período de um ano. Apenas no exercício de 2022, a situação muda, obtendo valores inferiores ao que seria recomendado à uma entidade.

Quanto à liquidez imediata, obteve-se em 2020, 18,70; em 2021, 1,56; e em 2022, 0,29. Observando-se que no período de 2020 a 2021, a empresa manteve o seu padrão de alta nos índices calculados, apresentando valores muito elevados no primeiro ano e apenas relativamente elevados no ano seguinte. Porém, apesar de haver grande disponibilidade em 2020, esse valor pode ser visto como desnecessário para uma empresa.

A liquidez geral apresentou o mesmo padrão dos resultados de liquidez corrente e seca, sendo 20,57 em 2020; 1,56 em 2021; 0,64 em 2022; vista que a empresa não apresenta valores referentes às contas Realizável a longo prazo e Exigível a longo prazo, portanto os resultados dessa liquidez são iguais aos resultados obtidos pelo cálculo da liquidez seca. Concluindo que a empresa possui ótimos índices em 2020, sendo adequados em 2021 e inferiores ao ideal, em 2022.

Outrossim, também é pertinente apresentar tais índices de liquidez no formato de gráfico em barras, conforme dispõe o Gráfico 2 seguinte.

Gráfico 2. Índices de liquidez da ACAPAM



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A utilização dos índices de liquidez, como o índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) e o índice de liquidez imediata (disponibilidades/passivo circulante), justifica-se através da indicação se a ONG tem recursos suficientes para pagar suas dívidas de curto prazo. Como as empresas do terceiro setor frequentemente operam com orçamentos restritos, é necessário saber se elas podem cobrir suas obrigações é crucial para a sustentabilidade.

4.3 Análise vertical e horizontal

Tais análises são necessárias nas demonstrações contábeis para que se possa analisar a participação de cada subgrupo em relação ao seu subgrupo, objetivando a identificação das contas que mais contribuem para o resultado da empresa, como também as contas que menos contribuem. Assim, realizou-se as análises verticais e horizontais da Demonstração do Fluxo de Caixa, com a finalidade de identificar se houve aumento ou redução do percentual das contas analisadas, em relação ao exercício anterior.

Figura 2. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) da ACAPAM

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Empresa: ASSOCIACAO CAICOENSE DE PROTECAO AOS ANIMAIS E MEIO AMBIENTE ACAPAM - CNPJ: 20.326.345/0001-47

Pág.: 97

Fortes Contábil

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Déficits Acumulados	(5.024,86)	(37.313,53)
Aumento em CREDITOS	(2.788,93)	-
Diminuição em CREDITOS	-	3.761,73
Aumento em OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.226,06	1.790,15
Diminuição em PATRIMONIO SOCIAL	(37.313,53)	-
Aumento em PATRIMONIO SOCIAL	-	42.475,80
Aumento em SUPERÁVIT OU DÉFICIT	37.313,53	-
Diminuição em SUPERÁVIT OU DÉFICIT	-	(42.475,80)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.587,73)	(31.761,65)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	5.949,21	37.710,86
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	2.361,48	5.949,21

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise dos dados da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) revela uma redução significativa nos déficits acumulados da organização, especialmente no ano de 2022. Houve uma diminuição de R\$ 32.288,67 nos déficits, o que indica uma melhora na gestão financeira ou um aumento nas receitas. Esse resultado sugere que a organização conseguiu reverter parte dos déficits que vinha acumulando, o que é um indicativo positivo de recuperação financeira.

No início do período analisado, o grupo “Disponibilidades” - Caixa e Equivalente de Caixa somava R\$ 37.710,86 em 2021 e foi reduzido para R\$ 5.949,21 em 2022. Essa redução expressiva no déficit inicial sugere que a organização conseguiu tomar medidas eficazes para melhorar sua posição financeira entre esses dois anos. A diminuição dos déficits iniciais é um

sinal de que as ações tomadas para conter as perdas ou aumentar as receitas começaram a produzir efeitos concretos.

Ao final do período, observa-se que a conta caixa e equivalente de caixa também diminuiu, passando de R\$ 5.949,21 em 2021 para R\$ 2.361,48 em 2022. Essa variação positiva, que totalizou uma redução de R\$ 35.349,38 nos déficits acumulados ao longo dos anos analisados, reforça a tendência de recuperação financeira. A organização conseguiu diminuir ainda mais seus déficits, o que pode ser um indicativo de que está se aproximando de um equilíbrio financeiro sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a efetividade da gestão financeira da Associação Caicoense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente (ACAPAM) mediante cenários de incerteza, como a grave crise econômica provocada pela pandemia da covid-19, o que foi efetivamente alcançado. Para atingir esse objetivo, foram analisadas as demonstrações contábeis da entidade referentes aos anos de 2020 a 2022, aplicando-se fórmulas de índices de liquidez para observar o comportamento financeiro da ACAPAM durante e após a pandemia.

Após a análise de todos os dados coletados, foi possível verificar que, no contexto da pandemia da COVID-19, não se identificou efeitos de forma direta nas receitas da associação analisada. Pelo contrário, durante esse período, a arrecadação foi consideravelmente superior aos outros anos. No entanto, foi observado que as receitas vêm diminuindo em 2022, levando a ACAPAM a enfrentar prejuízos financeiros cada vez maiores.

Em relação à análise dos índices de liquidez, foi possível observar que a situação atual da entidade está abaixo do esperado. Ou seja, as arrecadações não estão suprindo adequadamente as necessidades ao longo do exercício, sendo necessário realizar remanejamentos entre contas e buscar novas formas de arrecadação. Também foi notado que, no primeiro ano da pandemia, a entidade apresentou índices elevados, indicando alta arrecadação financeira. Nos anos seguintes, a arrecadação diminuiu consideravelmente, especialmente em 2022, quando atingiu os níveis mais baixos dos anos analisados.

Por fim, em uma análise geral, é evidente que o cenário de incerteza econômica não representa um fator crítico para a redução da arrecadação de recursos financeiros da ACAPAM. Os dados mostraram que a entidade apresentou o maior índice de doações justamente durante o período com a crise da covid-19. Como limitação da pesquisa, pode-se citar a dificuldade em obter dados suficientes para aplicar as fórmulas dos índices de liquidez e realizar uma análise mais completa, visto que a entidade não possui todas as contas necessárias para um estudo aprofundado.

Para futuras pesquisas, sugere-se intensificar o estudo relacionado às demonstrações contábeis da ACAPAM ou outra organização do Terceiro Setor e aplicar outros índices, como endividamento e rentabilidade, para compreender melhor o funcionamento e gerenciamento da organização em relação aos seus lucros e despesas anuais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS AUTORAIS (ANDA). **Associação que acolhe 700 animais em Caicó (RN) pode ficar sem abrigo**. 2015. Disponível em:

Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal da Paraíba – CONCICAT
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Finanças e Contabilidade
João Pessoa - PB, 28, 29 e 30 de agosto de 2025



<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/associacao-que-acolhe-700-animais-em-caico-rn-pode-ficar-sem-abrigo/203760019>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ANDRADE, Álvaro Pereira de; *et al.* **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. José Antonio de França (coordenador). Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015.

AURELI, R. **A importância da contabilidade para terceiro setor**. 2015. Disponível em: <http://www.administradores.com.br>. Acesso em: 16 de ago. 2024.

CAVALCANTI, A. V. A. Animais abandonados: uma perspectiva de ONGs quanto ao problema público da proteção animal no município de João Pessoa/PB. **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC** (Graduação), Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2021.

Conselho Federal de Contabilidade. **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS**. 2015. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Conselho Federal de Contabilidade. **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**. 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-simplificadas-para-pmes/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

COUTO, Rosimar dos Reis Bessa; SILVA, Álvaro Luis Sarkis da. A contabilidade aplicada ao terceiro setor. **Educação Sem Distância**, Rio de Janeiro, n. 3, jun. 2021.

DIAS, Casimiro Canha Cavaco. **Pandemia**: resiliência do sistema de saúde. 1. ed. Editora: Almedina, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO PET BRASIL. Número de cães e gatos em situação de vulnerabilidade dobra em dois anos, aponta pesquisa. **Pets e Curiosidades**, mar. 2022. Disponível em: <https://caesegatos.com.br/numero-de-caes-e-gatos-em-situacao-de-vulnerabilidade-dobra-em-dois-anos-aponta-pesquisa/#:~:text=Prote%C3%A7%C3%A3o%20animal%20no%20Brasil,o%20n%C3%BAmero%20era%20de%20370>. Acesso em 25 jul. 2024.

FERNANDES, Lorena Brito; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; FREITAS, Flaviane Pelloso Molina. Terceiro setor e seus desafios. **Revista ESPACIOS**, v. 37, n. 21, 2016.

MARKIONI, Nayara Damasceno; FERREIRA, Thais Cristina de Oliveira; SILVA, Suéllen Danúbia da; OLIVEIRA, Elimeire Alves de. CONTABILIDADE APLICADA AO TERCEIRO SETOR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 1294–1311, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i6.6059.



MARTINS, Eliseu. **Análise de Balanços**: uma abordagem econômico-financeira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAY, Camila Santos. Análise financeira das ONGs (organizações não governamentais) do setor do meio ambiente. 2017. 20 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MELO NETO, Francisco P. de Melo; FROES César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitmark, 2001.

MENDES, A. B. PLANO DE CARREIRA EM INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR DE TIPO IGREJA: A EXPERIÊNCIA DA DIOCESE DE TOLEDO-PR. **Dissertação** (mestrado profissional MPA) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2023.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo, Atlas, 2005.

PEREIRA, Leonardo. Índices de liquidez: o que são, como calcular e interpretar os valores. **Dicionário Financeiro**, 2022. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/indices-de-liquidez/>. Acesso em: 17 de jul. 2024.

PEREIRA, Vanusa Batista; OLIVEIRA, P. P.; LIMA, J. R.; LIMA, A. F. A.; GUIMARÃES, T. S. Disclosure contábil no terceiro setor: uma análise da divulgação de demonstrações contábeis em websites de entidades qualificadas como organizações sociais. **Peer Review**, v. 5, n. 8, p. 163-182, 2023.

Redação InvestNews. Indicadores de liquidez: o que são e para o que servem?. **InvestNews**, 2025. Disponível em: <https://investnews.com.br/guias/indicadores-de-liquidez-entenda/>. Acesso em 28 mar. 2025.

RIBEIRO, Iracema Iasonara Bezerra; FREITAS NETO, Raimundo Marciano de; BARBOSA, Alexandro. Associação entre a composição dos recursos captados pelo terceiro setor potiguar e as despesas por beneficiário. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 69–78, jan./mar. 2019. DOI: 10.21118/apgs.v11i1.1613.

SANTOS, J. K. R. S.; RAMOS, P. T. F.; BARBOSA, M. L. A.; JERÔNIMO, T. B.; RIBEIRO A. R. B. A importância das ferramentas de comunicação de marketing na captação de recursos no terceiro setor: um estudo em uma organização não governamental. **Veredas Revista Eletrônica de Ciências**, v. 11, n. 1, p. 18-34, 2018.

SILVA FILHO, Luiz Sérgio Pereira da. Estratégias de captação de recursos das Organizações da Sociedade Civil durante os anos de 2020 e 2021 período da pandemia provocada pela COVID-19. 2023. 82 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) -



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

SILVA, J. L. A.; CHANTAL, J. S.; VIEIRA, R. B. F.; GAMA, M. F. F. FATORES QUE IMPACTARAM A GESTÃO EM ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR NA PANDEMIA DO COVID 19. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 27 - 48, 2022.

VELASCO, Clara. Brasil tem mais de 170 mil animais abandonados sob cuidado de ONGs, aponta instituto. **G1 - São Paulo**, 18 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/18/brasil-tem-mais-de-170-milanimais-abandonados-sob-cuidado-de-ongs-aponta-instituto.ghtml>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

VERGUEIRO, J. P. **Um panorama das ONGs no Brasil**. 2023. São Paulo. Disponível em: <https://www.fecap.br/2023/08/15/um-panorama-das-ongs-no-brasil/> Acesso em: 23 jun. 2024.

VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **ConTexto-Contabilidade em Texto**, v. 11, n. 19, p. 31-42, 2011.

WSPA. **Políticas Para Abrigos de Cães e Gatos**, 2011. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br>. Acesso em 2 de outubro de 2024.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de evidenciação contábil de organizações do Terceiro Setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 85-94, 2016.